
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

**INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA COOPERATIVA NA CIDADE DE INDIANA - SP**

**SUSTAINABILITY INTEGRATION: A CASE STUDY IN A
COOPERATIVE IN THE CITY OF INDIANA - SP**

Roselene de Souza*
Ari Alves de Oliveira Filho**

Resumo

A integração da sustentabilidade é um tema de crescente relevância no cenário global, à medida que as empresas reconhecem a importância de adotar práticas ambientais responsáveis e socialmente inclusivas. O presente trabalho propõe uma análise aprofundada sobre a integração da sustentabilidade em uma cooperativa de coleta seletiva situada no município de Indiana-SP. O objetivo é examinar as iniciativas adotadas pela cooperativa e analisar seus impactos econômicos, sociais e ambientais, além de avaliar os desafios enfrentados. O estudo começa com uma revisão teórica sobre sustentabilidade e sua relevância para decisões estratégicas. Em seguida, apresenta um estudo de caso, detalhando suas iniciativas, desde a gestão de recursos naturais até práticas inclusivas, visando fornecer um panorama sobre a viabilidade e os benefícios de tais práticas.

Palavras-chave: Integração, Sustentabilidade, Responsabilidade, Cooperativa, Impacto ambiental.

Abstract

The integration of sustainability is a topic of increasing relevance on the global stage, as companies recognize the importance of adopting responsible and socially inclusive environmental practices. This paper proposes an in-depth analysis of the integration of sustainability in a selective collection cooperative located in the city of Indiana-SP. The objective is to examine the initiatives adopted by the cooperative and analyze their economic, social and environmental impacts, in addition to evaluating the challenges faced. The study begins with a theoretical review of sustainability and its relevance for strategic decisions. It then presents a case study, detailing its initiatives, from natural resource management to

* Aluna do curso de Tecnologia em Gestão Empresarial, da Faculdade de Presidente Prudente. E-mail: rosesouza145.rs@gmail.com

** Professor orientador: Ari Alves de Oliveira Filho doutor. em Direito Ambiental Internacional, pela Universidade de Santos professor do curso de Gestão Empresarial da Faculdade de Presidente Prudente. E-mail: ari.oliveira@fatec.sp.gov.br

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

inclusive practices, aiming to provide an overview of the feasibility and benefits of such practices.

Keywords: Integration, Sustainability, Responsibility, Cooperative, Environmental impact.

1. INTRODUÇÃO

A busca por práticas sustentáveis ultrapassou os limites das esferas globais e corporativas, adentrando nas estruturas de nossas comunidades. Seja em escala global, nacional ou local, a adoção de práticas sustentáveis é essencial para a preservação de nosso planeta e o bem-estar das gerações futuras. O equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e a preservação dos recursos naturais, tornou-se o eixo central para o desenvolvimento e o bem-estar de nossas cidades. Em particular a esfera municipal desempenha um papel importante na promoção e implementação da sustentabilidade, pois é onde as políticas e ações têm um impacto direto na vida cotidiana dos cidadãos. Nos últimos anos temos observado uma crescente conscientização sobre a importância de abordar questões relacionadas à sustentabilidade. Assim, a busca pela sustentabilidade é mais do que uma mera escolha; é uma responsabilidade incontestável.

A integração eficaz da sustentabilidade em políticas e práticas não é uma tarefa simples, ela enfrenta desafios complexos, como alocação de recursos, a conscientização da comunidade e a superação de obstáculos. Além disso, cada município é único, com suas próprias características, recursos e necessidades, o que torna a aplicação de soluções sustentáveis uma tarefa altamente depende do contexto. Este estudo concentra-se na análise da integração da sustentabilidade em uma cooperativa de coleta seletiva no município de Indiana, no Estado de São Paulo. O problema central que motiva esta pesquisa é entender como as iniciativas sustentáveis estão sendo implementadas nesse contexto específico por esta cooperativa, quais impactos estão sendo gerados e quais desafios estão sendo enfrentados nesse processo.

A relevância deste trabalho reside na sua capacidade de fornecer a percepção que podem orientar outras comunidades na busca por soluções sustentáveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida, a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico. Ao explorar as iniciativas sustentáveis desta cooperativa em Indiana-SP e suas implicações, esperamos destacar as lições aprendidas e as melhores práticas que podem ser aplicadas em outras áreas.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

A sustentabilidade, quando integrada efetivamente, não só contribui para o bem-estar das comunidades locais, mas também para a construção de um futuro mais resiliente e equilibrado para todos. O objetivo é avaliar quais foram os resultados e benefícios obtidos com a integração da sustentabilidade e identificar os desafios enfrentados durante o processo de integração.

Foi utilizado um método comparativo, com foco em um estudo de caso entre as práticas adotadas pela da cooperativa e as melhores práticas identificadas na literatura. Isso permitirá avaliar o nível de integração da sustentabilidade na gestão da cooperativa e identificar falhas e oportunidades de melhoria.

2. SUSTENTABILIDADE

O termo “desenvolvimento sustentável” foi apresentado no Relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1987, tendo como diretriz a ideia de um desenvolvimento que “atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades.” É um modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente. Em outras palavras, é a noção de que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental.

De acordo com Jacobi (2003) o tema da sustentabilidade entra em conflito com o paradigma da "sociedade de risco". Isso exige a ampliação das práticas sociais que reforçam o direito ao acesso à informação e à educação ambiental de forma integrada. Além disso, é necessário fortalecer iniciativas que, fundamentadas na premissa de maior acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos, podem levar à reorganização do poder e da autoridade.

O Protocolo de Kyoto trata, de forma mais específica, de um acordo de cunho obrigatório, no qual 37 países industrializados e a comunidade europeia devem diminuir a emissão de gases que provocam o efeito estufa na atmosfera. Porém, muitos países não assinaram o Protocolo de Kyoto, inclusive os Estados Unidos que é o maior emissor de gases poluentes do mundo, mantendo firme sua postura oculta sobre o assunto. À medida que a ONU estabeleceu acordos com os países para proteger o mundo da degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável. (Santos & Silva 2017, p. 75 – 94).

2.1 Tripé da Sustentabilidade: Econômico, Social e Ambiental

O tripé da sustentabilidade é usado como uma ferramenta que mede o desempenho da organização e os compara com os quesitos econômicos, ambientais e sociais, de modo geral, este termo (tripé da sustentabilidade ou Triple BottomLine) é empregado para estabelecer valores e processos que as

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

empresas devem adquirir com o intuito de reduzir os impactos causados nas três esferas: social, ambiental e econômica (Spers; Mota e Martineli, 2014).

Segundo a lei 6.938/81 em seu artigo 3º, inciso I, entende-se por meio ambiente: O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Ao contrário do que se pensa, a gestão ambiental não pretende frear o crescimento econômico para proteger o meio ambiente, pelo contrário busca esclarecer que não haverá crescimento econômico ilimitado utilizando recursos naturais restritos (Tachizawa; Andrade, 2008). O desenvolvimento sustentável é concebido na interação entre três pilares: o pilar econômico, o pilar social e o pilar ambiental.

Economicamente viável: Envolve práticas que visam a viabilidade econômica a longo prazo, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Isso inclui a promoção de negócios sustentáveis, a eficiência nos processos produtivos, o investimento em inovação e tecnologias limpas, além do equilíbrio entre lucro, pessoas e planeta.

Socialmente justa: Diz respeito ao desenvolvimento que considera as questões sociais, como justiça, equidade, qualidade de vida e respeito aos direitos humanos. Inclui também o acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia digna e a promoção da inclusão social.

Ambientalmente correta: Refere-se à conservação e ao uso responsável dos recursos naturais. Isso inclui práticas que visam a preservação da biodiversidade, a redução da poluição, o uso eficiente de energia e água, bem como a gestão adequada dos resíduos.

Figura 1 Tripé da sustentabilidade



Fonte: <https://revistafranquia.com.br/tripe-da-sustentabilidade-emprededorismo-consciente/>

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

2.2 Ferramentas de Gestão Ambiental

As ferramentas de gestão ambiental são métodos e abordagens utilizados pelas cooperativas para planejar, implementar, monitorar e melhorar suas práticas em relação ao meio ambiente. Elas são essenciais para que as organizações atinjam seus objetivos de sustentabilidade e minimizem seu impacto ambiental. Listamos aqui algumas ferramentas.

De acordo com Barbieri (2007), o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) consiste em um conjunto inter-relacionado de atividades administrativas e operacionais voltadas para solucionar os problemas ambientais existentes ou prevenir seu aparecimento. Esse sistema exige a criação de diretrizes, definição de metas, coordenação de atividades, avaliação de resultados e a participação de diversos setores da empresa, a fim de integrar as questões ambientais às demais atividades empresariais.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004) o SGA pode ser definido como a parte de um sistema da gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar sua política ambiental e para gerenciar seus aspectos ambientais.

A série ISO 14000 é aplicada principalmente devido sua credibilidade, reconhecimento mundial e unificação dos critérios de sistema de gestão (Harrington & Knight, 2001).

Donaire (1999), afirma que a criação de associações empresariais que atuam na esfera ambiental, a exemplo da Abiquim e Anfarma, as quais poderíamos ainda acrescentar o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), propicia o efeito multiplicador da "boa nova" que é a oportunidade de negócios a partir da internalização da pauta ambiental na empresa.

Segundo Donaire (1994), a nova consciência ambiental, surgida a partir das transformações culturais que começaram a aflorar nas décadas de 60 e 70, ganhou dimensão e situou a proteção ao meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem contemporâneo.

Em 1998, quando o então ministro do meio ambiente afirma que "descobre-se, finalmente, que o investimento em qualidade ambiental, por dentro e por fora da empresa, robustece os ganhos de produtividade e de competitividade da indústria brasileira" (Layrargues, 1998).

A lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Sólidos (PNRS) define resíduos sólidos como “material, substância, objeto ou bem descartados resultante das atividades humanas em sociedade, cuja destinação final procede, se propõe proceder ou está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades, tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia”, sendo assim a gestão de resíduos .

Segundo Rovere *et al.* (2001), as categorias de auditoria ambiental mais aplicadas são:

- Auditoria de conformidade legal (compliance) – avalia a adequação da unidade auditada com a legislação e os regulamentos aplicáveis;
- Auditoria de desempenho ambiental – avalia a conformidade da unidade auditada com a legislação, os regulamentos aplicáveis e indicadores de desempenho ambientais setoriais aplicáveis à unidade;
- Auditoria de Sistema de Gestão Ambiental – avalia o cumprimento dos princípios estabelecidos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da empresa e sua adequação e eficácia;
- Auditoria de certificação – avalia a conformidade da empresa com princípios estabelecidos nas normas pela qual a empresa esteja desejando se certificar. No caso da auditoria de certificação ambiental pela Série ISO 14000, a mesma deve ser conduzida por uma organização comercial e contratualmente independente da empresa, de seus fornecedores e clientes e credenciada por um organismo competente.

A norma ISO 14001 é constituída por requisitos que capacitam uma organização a desenvolver e implementar políticas e objetivos, levando em consideração requisitos legais e informações a respeito de aspectos ambientais significativos através de um SGA. O sucesso do sistema está ligado ao comprometimento de todos os níveis e funções, em especial da alta administração (Assoc. Bras. N.T - ABNT, 2004).

3. Cooperativa

Cooperativa é uma sociedade autônoma, composta por pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de uma “empresa” de propriedade comum e democraticamente gerida.

No Brasil, as cooperativas são regidas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971,

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

que as obriga a utilizar a expressão “cooperativa” em suas denominações e as caracteriza como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência. São criadas para oferecer serviços aos seus associados, diferenciando-se dos outros negócios, são organizações de pessoas e não de capitais, pois, embora realizem movimentações de mercado, não visam ao lucro, mas ao avanço econômico e social dos seus cooperados.

4. ESTUDO DE CASO

Implantação de uma Cooperativa De Coleta Seletiva, no Município De Indiana/SP.

A coleta seletiva deu início através de um cumprimento de sentença judicial, de um acordo entre a prefeitura municipal de Indiana com o ministério público, dentre as exigências dessa sentença, era que começasse a ser feito a coleta seletiva no município, de início foi contratado uma empresa para fazer essa coleta durante uma semana, logo 2(duas) funcionárias da prefeitura se interessaram em fazer essa coleta, procuraram o coordenador do meio ambiente do município e tiveram a ideia de montar uma cooperativa.

A cooperativa está localizada na cidade de Indiana/SP, ainda está no processo de abertura, porém desde março de 2023 ela já atua no processo de coleta, triagem e processamento de materiais recicláveis. Este estudo de caso visa analisar suas práticas de reciclagem, seus impactos ambientais e sociais, bem como identificar desafios e oportunidades para a cooperativa.

Descrição da cooperativa: Começou o processo de abertura em março de 2023, por um grupo de funcionários da prefeitura municipal de Indiana/SP. Atualmente, a cooperativa conta com 7 membros, incluindo catadores de materiais recicláveis e trabalhadores administrativos. Seu principal objetivo é promover a reciclagem, reduzir resíduos e gerar uma fonte de renda extra para esses funcionários.

Práticas de reciclagem: A cooperativa realiza a coleta de materiais recicláveis em residências, empresas e espaços públicos do município.

Os materiais coletados são levados para o centro de triagem, onde são separados e classificados em categorias, como papel, plástico, vidro e metal.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Os materiais também são separados em:

Figura 2 Tipos de plásticos recicláveis

1	2	3	4	5	6	7
PET	PEAD	PVC	PEBD	PP	PS	OUTROS
Polietileno Tereftalato	Polietileno de Alta Densidade	Policloreto de Vinila	Polietileno de Baixa Densidade	Polipropileno	Poliestireno	Outros
GARRAFAS DE ÁGUA; FRASCOS	FRASCOS DE SHAMPOO; FRASCOS EM GERAL	MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL	SACOLAS E EMBALAGENS FLEXÍVEIS	EMBALAGENS E UTILIDADES DOMÉSTICAS	EMBALAGENS EM GERAL; PEÇAS TÉCNICAS	PEÇAS TÉCNICAS; PLÁSTICOS INDUSTRIAIS
						

Fonte: <https://iwastes.com/2022/03/31/quais-sao-os-tipos-de-plasticos-reciclaveis>

- Polietileno tereftalato (PET), ele ocupa o primeiro lugar devido à sua ampla utilidade. É usado principalmente para embalagens de alimentos e bebidas devido à sua forte capacidade de impedir que o oxigênio entre em contato com o produto exemplo: garrafas de refrigerante, água etc.

- Polietileno de Alta Densidade (PEAD), é um plástico rígido e resistente, altamente utilizado em alguns tipos de sacolinhas de mercado, frascos de leite, lixeiras, gaiolas agrícolas, mas também brinquedos de playground, tampas, frascos de shampoo, entre outros.

- Policloreto de Vinila (PVC), é o terceiro polímero plástico sintético mais produzido no mundo. Ele vem em duas formas básicas: rígido e flexível. Em sua forma rígida, o PVC é amplamente utilizado na indústria da construção civil para produzir perfis e tubos (potável e esgoto). Apesar das inúmeras vantagens e dos esforços da indústria do plástico para aumentar sua reutilização, o PVC ainda é dificilmente reciclável.

- Polietileno de Baixa Densidade (PEBD), é caracterizado por moléculas de baixa densidade, conferindo a essa resina um design mais fino e flexível. Possui a estrutura mais simples de todos os plásticos, tornando sua produção fácil e barata. Usado em sacos plásticos, anéis de embalagem, frascos dispensadores e, principalmente, para embalagens plásticas flexíveis.

- Polipropileno (PP), é atóxico, transparente e termoplástico, o que permite sua moldagem em altas temperaturas. Ele é ideal para embalagens que precisam ser visíveis, como as de sorvete, e pode ser usado em utensílios de cozinha, brinquedos, cadeiras e peças automotivas. Por ser muito resistente à fadiga, o PP costuma ser usado para dobradiças vivas (o pedaço fino de plástico que

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

permite que uma parte de um produto dobre de 1 a 180 graus).

- Poliestireno (PS), é o tipo de plástico, pode ser sólido ou espumado. É uma resina muito barata por peso unitário e fácil de criar, por isso pode ser encontrada em todos os lugares: de copos para bebidas, isolamento, materiais de embalagem, até caixas de ovos e louças descartáveis. Talvez mais conhecido por seu nome comercial isopor. Apesar do que muitas pessoas pensam, ele pode ser reciclado, e inclusive, transformado em outros produtos posteriormente, como: talheres descartáveis, bandejas de supermercados, potes de margarina, cabides plásticos. Porém a cooperativa do município de Indiana, ainda não faz esse tipo de reciclagem.

Tabela 1 Base de dados da cooperativa

Coleta Seletiva				
Produto	Valor Kg	Quantidade coletada em 13/11/2023	Quantidade coletada em 28/11/2023	Quantidade coletada em 15/12/2023
PEAD	R\$ 1,40	230 kg	112 kg	196 kg
PEBD	R\$ 0,80	30 kg	66 kg	168 kg
PET	R\$ 1,40	545 kg	192 kg	436 kg
PP	R\$ 0,30	85kg	106 kg	115 kg
Papel Fino	R\$ 0,20	21 kg		90 kg
Papelão	R\$ 0,60		908 kg	

Fonte: do Autor

Impactos ambientais e sociais: A atividade de reciclagem da cooperativa contribui significativamente para a redução da quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários, contribuindo com a diminuição da poluição do solo e da água. Além disso a cooperativa promove a conservação de recursos naturais, como árvores e minerais, ao reciclar materiais como papel, plástico e metal.

A cooperativa também pode gerar empregos e oferecer oportunidades de inclusão social para catadores de materiais recicláveis, proporcionando uma renda estável e condições de trabalho dignas.

Desafios e oportunidades: Um dos principais desafios enfrentados pela cooperativa é a falta de infraestrutura adequada, incluindo equipamentos de triagem e transporte. Outro desafio é a falta de conscientização pública sobre a importância da reciclagem, pois ainda é baixa em algumas áreas do município, o que dificulta a coleta seletiva de materiais recicláveis. Um meio de oportunidade para expandir as atividades da cooperativa, é buscar parcerias com empresas

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

locais e programas de educação ambiental nas escolas e instituições do município.

5. RESULTADO E CONCLUSÃO

A cooperativa desempenha um papel fundamental na promoção de reciclagem e na redução de resíduos no município. Para enfrentar os desafios identificados, recomendamos que a cooperativa busque apoio e parcerias financeiros e técnicos para melhorar a infraestrutura, e desenvolver campanhas de conscientização públicas mais eficazes, com a cooperação do governo local e de outras organizações do município, isso ajudará a fortalecer e desenvolver as atividades da cooperativa, ampliando seu impacto positivo no município e no meio ambiente.

Este estudo de caso mostra como uma cooperativa de reciclagem pode desempenhar um papel importante na promoção da sustentabilidade ambiental e social, enfrentando desafios e oportunidades para suas práticas e aumentar suas atividades.

O trabalho analisou vários aspectos da sustentabilidade, desde suas definições e fundamentos até suas aplicações e práticas. Ao longo desse estudo, foi possível compreender a complexidade e a urgência do desafio que a sustentabilidade representa para o nosso planeta e para as gerações futuras.

Podemos concluir que a sustentabilidade não é apenas uma tendência passageira, mas sim uma necessidade imperativa. Os problemas ambientais, sociais e econômicos que enfrentamos exigem ações concretas e eficazes para garantir a sobrevivência e o bem-estar da sociedade. Diante desse contexto, a adoção de práticas sustentáveis se faz necessário e não é apenas uma escolha, mas sim responsabilidade de toda sociedade, sejam eles indivíduos, empresas ou governos.

Além disso este trabalho ressaltou a importância da integração da sustentabilidade. A colaboração entre governos, empresas e a sociedade é essencial para enfrentar os desafios complexos que envolvem a sustentabilidade. Somente por meio de uma abordagem ampla e colaborativa podemos alcançar resultados significativos e duradouros.

É importante destacar que a sustentabilidade não se trata apenas de minimizar os impactos negativos, mas também de promover ações que contribuem para a construção de um futuro mais justo, equitativo e próspero para todos. Portanto cabe a cada um de nós, enquanto cidadãos e agentes de mudanças, assumir o compromisso de agir de forma sustentável em todas as esferas de nossas vidas.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Que este trabalho possa servir como um ponto de partida para novas reflexões, debates e ações em prol da sustentabilidade. Pois somente trabalhando juntos e agindo de forma consciente e responsável podemos construir um mundo melhor para nós e para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001/2004: Associação Brasileira de Normas Técnicas. Sistema de Gestão Ambiental: Especificação e diretrizes para uso. 2004. Rio de Janeiro: ABNT. Disponível em: <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasghislaine/iso-14001-2004.pdf>

BARBIERI, J. C. et al. Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. **Revista de administração de empresas RAE/FGV**, v.50, n.2, p.146-154, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902010000200002>

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos 2ª ed. São Paulo, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Penal Ambiental Brasileira. Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de ago.1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Penal Ambiental Brasileira. Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 ago.2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Política Nacional de Cooperativismo. Lei nº 5.764, de dezembro de 1971. Institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm

DONAIRE, D. (1994) - Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo: FGV, v.34, n.2, p.68-77. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901994000200008>

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999

HARRINGTON, H. J.; KNIGHT, A. **A Implementação da ISO 14000**: como atualizar o SGA com eficácia. São Paulo: Atlas, 2001.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189–205, 2003. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/533>. Acesso em: 29 maio. 2024.

LA ROVERE, E. **Manual de auditoria Ambiental**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

LAYRARGUES, P.P. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume. 1998

MARQUES, Wagner Luiz. **Diário de um Empreendedor**: a real informação para os gestores de sucesso. Cianorte; PR: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, 667 p. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=esdIBQAAQBAJ&pg=PA652&dq>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Relatório “Nosso Futuro Comum”

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf

SANTOS, Élcio Henrique; SILVA, Mirela Auxiliadora. Sustentabilidade Empresarial: Um Novo Modelo de Negócio. **Revista Ciência Contemporânea** - jun./dez. 2017, v. 2, n.1, p. 75 – 94. Disponível em https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301124814.pdf

SPERS, Valéria Rueda Elias; MOTA, Marília Gabriela Mosca; MARTINELLI, Pedro Paulo Holtz. Conversando sobre Administração: **Foco na Responsabilidade Social**. Campo Grande: Life, 2014. .176. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=WmtlCgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 24 abr. 2017.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, 247 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=JsabUQ6kXwC&printsec=frontcover&dq#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 13 mar. 2017.